

## A ÉTICA NAS LISTAS DE AUTORES – OS VERDADEIROS AUTORES POR FAVOR QUE SE LEVANTEM

Jones JW, McCullough LB, Richman BW. The ethics of bylines: Would the real authors please stand up? *J Vasc Surg* 2005 Oct; 42 (4): 816-8.  
<http://download.journals.elsevierhealth.com/pdfs/journals/07415214/PIIS0741521405010694.pdf>

Artigo de opinião publicado numa secção do *Journal of Vascular Surgery* na qual são apresentados potenciais dilemas éticos, discutindo-se as várias opções possíveis para a sua resolução.

Neste artigo, os autores, de uma universidade norte-americana, propõem a seguinte situação: um jovem investigador preparou um manuscrito para submissão a uma revista. Elaborou o protocolo, colheu os dados e escreveu uma primeira versão do artigo. Um colega mais velho fez sugestões pertinentes durante a fase de desenho do estudo, bem como durante a colheita dos dados, acompanhando ainda, criticamente, a redacção do manuscrito. No momento de listar os autores, este colega e a técnica que fez (exclusivamente) o tratamento dos dados, sugerem a inclusão, além de si próprios, de duas outras pessoas: o colega que operou parte dos doentes incluídos no estudo e um outro investigador muito conceituado (para dar maior credibilidade ao artigo e aumentando as suas hipóteses de ser aceite para publicação). Eles argumentam que esta atitude seria bem vista na instituição e lhe poderia mais tarde ser retribuída com favores semelhantes.

Além de si próprio, deve o jovem investigador incluir na lista de autores (*byline*):

- Apenas o colega mais velho que o aconselhou
- Esse colega e a técnica que fez o tratamento dos dados
- O colega mais velho que o aconselhou, o colega que operou par-

te dos doentes e o investigador mais conceituado

- Os listados acima e a técnica que fez o tratamento dos dados
- Ninguém

Na discussão somos introduzidos ao conceito de «autoria honorífica» (significando a inclusão na «*byline*» de autores que de facto não o foram), o qual, apesar de largamente difundido (estima-se que 48 a 60% dos artigos publicados incluem autores deste tipo), é considerado inaceitável. A este respeito são referidas as directrizes do *National Institutes of Health* e do Comité Internacional de Editores de Revistas Médicas, cada um dos quais preconiza um certo número de requisitos necessários para que se possa ser considerado autor de um trabalho científico.

Quanto à situação real exposta no início, excluída a possibilidade de se listar como autor o investigador mais reputado que não teve qualquer intervenção no estudo, são em seguida (e à luz das directrizes referidas) discutidos os diferentes graus de participação dos restantes elementos propostos. Assim, é considerado que o cirurgião que operou parte dos doentes que entraram no estudo (no qual se comparavam 2 técnicas cirúrgicas diferentes) não participou em nenhuma fase do estudo (desenho, colheita, tratamento e análise de dados, ou redacção do manuscrito). Já a técnica que analisou os dados, embora tenha participado directamente no estudo, essa participação foi demasiado restrita impossibilitando-a de conhecer e assumir o todo do trabalho como seu, não devendo portanto ser listada. Conclui-se que o jovem investigador também não pode ser considerado o único autor do estudo uma vez que o colega que o aconselhou contribuiu significativamente em todas as fases do estudo (desenho, colheita e

análise de dados, redacção do manuscrito) devendo, como tal, ser listado em segundo lugar.

Não estando Portugal, provavelmente, em circunstâncias muito diferentes das referidas no artigo em termos de prevalência de autorias honoríficas, faz falta o agendamento frontal deste tema pela imprensa e organizações médicas nacionais.

Mónica Granja

Centro de Saúde da Senhora da Hora